



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1300/2025
(à MPV 1300/2025)

Dê-se nova redação ao art. 17, ao *caput* do art. 25 e ao art. 37; e acrescente-se art. 38 à Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022, todos na forma proposta pelo art. 8º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“Art. 17.

§ 1º As unidades consumidoras de que trata o *caput* deste artigo serão faturadas pela incidência, sobre a energia elétrica ativa consumida da rede de distribuição e sobre o uso ou sobre a demanda:

I – de todas as componentes tarifárias não associadas ao custo da energia, conforme regulação da Aneel;

II – dos encargos setoriais e sistêmicos, incluídos, obrigatoriamente, a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), o Encargo de Serviços do Sistema (ESS), o Encargo de Potência para Reserva de Capacidade (ERCAP), os encargos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Eficiência Energética (EE), e a Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE).

§ 1º-A. A Aneel deverá considerar, para fins de abatimento tarifário, apenas os benefícios comprovadamente quantificáveis das centrais de micro e minigeração distribuída, nos termos da metodologia de valoração definida conforme o § 2º deste artigo.” (NR)

“Art. 25. A CDE, de acordo com o disposto no art. 13, *caput*, incisos VI e VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, custeará temporariamente as componentes tarifárias não associadas ao custo da energia e não remuneradas pelo consumidor-gerador, incidentes sobre a energia elétrica compensada pelas unidades consumidoras participantes do SCEE, na forma prevista no art. 27, e o efeito decorrente do referido custeio pela CDE será aplicável a todos os



consumidores com base na totalidade do consumo de energia elétrica suprida por meio dos sistemas de distribuição ou de transmissão.

.....” (NR)

“**Art. 37.** As centrais de microgeração e minigeração distribuída, individualmente ou por meio de geração compartilhada, deverão participar comercialmente e de forma proporcional dos cortes operacionais aplicados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS ou pelas distribuidoras de energia elétrica, sempre que tais cortes forem necessários à preservação da segurança elétrica, ao balanceamento do sistema ou à integridade das redes locais.

§ 1º A alocação dos cortes observará critérios econômicos similares aos utilizados para fontes intermitentes centralizadas, tais como usinas eólicas e solares, considerando-se fatores como modulação da geração, limites operacionais e topologia da rede de distribuição.

§ 2º A Aneel deverá regulamentar o disposto neste artigo em até 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de publicação da Lei de Conversão da Medida Provisória n 1.300, estabelecendo os procedimentos técnicos, critérios de rateio e mecanismos de monitoramento.” (NR)

“**Art. 38.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

O modelo atual de Geração Distribuída (GD) prevê, durante sua fase de transição, o custeio parcial ou total das componentes tarifárias não remuneradas pelo consumidor-gerador por meio da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), conforme disposto no art. 25 da Lei nº 14.300/2022.

Contudo, após o término dessa transição, o art. 17 da Lei apresenta lacunas quanto à obrigatoriedade de pagamento integral dos encargos sistêmicos por parte das unidades com micro ou minigeração distribuída. Isso tem gerado distorções no rateio dos custos do setor elétrico, agravando a carga tarifária para os demais consumidores, especialmente os consumidores residenciais e comerciais que não possuem acesso a geração distribuída, e impactando diretamente na já pouca competitividade dos setores produtivos.



Por fim, a emenda também busca solução mais equilibrada para mais um grande desafio na operação do sistema elétrico, o corte de geração por questões de segurança elétrica ou excesso de oferta (conhecido como *curtailment*), cortes que podem ser atribuídos, em grande parte, à produção da geração distribuída.

Com mais de 35 GW de potência instalada em micro e minigeração distribuída (MMGD), predominantemente solar, o sistema elétrico brasileiro vem enfrentando crescentes desafios operacionais, sobretudo nas redes de distribuição, onde essas unidades se conectam. A geração da MMGD, por estar fora do despacho centralizado, não pode ser controlada em tempo real pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), o que compromete o balanceamento da carga em momentos críticos.

A expansão simultânea da MMGD e da geração solar e eólica centralizada tem intensificado situações de sobra de energia ao longo do dia, exigindo medidas corretivas como o corte de geração. Em setembro de 2024, a geração eólica e solar chegou a representar 32% da carga do SIN, evidenciando o tamanho do desafio. Esse quadro é particularmente crítico no chamado “horário da rampa”, no final da tarde, quando a geração solar cai bruscamente, enquanto a demanda sobe, exigindo resposta rápida do sistema — muitas vezes por meio do despacho de térmicas caras.

Atualmente, apenas usinas eólicas e solares centralizadas participam do regime de corte operacional, já regulamentado pela ANEEL. Contudo, a MMGD - embora seja uma das principais causas da necessidade de cortes - não participa nem da gestão, nem do rateio dos custos associados a esses eventos, transferindo o ônus aos demais consumidores e aos geradores despacháveis. Estima-se que, de outubro de 2021 a abril de 2025, os cortes de energia em usinas eólicas e solares somaram R\$ 2,25 bilhões em receita frustrada, dos quais R\$ 668 milhões deverão ser pagos pelos consumidores, conforme as regras atuais.



Diante do exposto, contamos com o apoio dos pares para aprovação desta emenda.

Sala da comissão, 26 de maio de 2025.

Deputado Kim Kataguiri
(UNIÃO - SP)
Deputado Federal



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257264856500>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Kim Kataguiri

